

A precarização no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA na cidade de São Paulo

Hélio Moura Prado

(helio.moura.br@gmail.com)

Luíz Otávio Santos

(otavio3setor@gmail.com)

Diego Rosa

(diego.lettras@hotmail.com)

Daniel Soares

(danielsoares.rises@gmail.com)

Graduandos em Sociologia e Política pela FESPSP

Resumo

Este artigo busca retratar a história do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA-SP, com o objetivo de evidenciar a atual situação de precariedade na qual se encontra esse movimento educacional, mantido pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo e os educadores envolvidos após a constatação da ausência de qualquer vínculo trabalhista no MOVA-SP - ação alfabetizadora que tem como princípio norteador os valores educacionais, sociais e políticos tecidos por Paulo Freire. Tais princípios coadunam com a premissa freiriana de como a educação deve proporcionar um processo pedagógico que construa com o sujeito envolvido uma formação conscientizadora e emancipadora, promovendo assim, junto aos educandos, tanto o exercício da cidadania quanto a melhoria na qualidade de vida, por meio das ações de intervenção social. Outro dado importante levantado pela nossa pesquisa, refere-se às articulações do MOVA-SP junto a diferentes esferas políticas e sociais como: Secretaria Municipal de Educação - SME, Organizações não-Governamentais - ONGs e aos movimentos sociais organizados. Tal articulação será evidenciada no corpo do trabalho como fundamental para que o MOVA-SP pudesse ser criado e chegasse à população da cidade de São Paulo.

Palavras-chave

alfabetização de jovens e adultos; gestão de políticas educacionais; MOVA-SP; precarização.

Introdução

Considerando a importância da Educação de Jovens e Adultos para que se operem as transformações rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, os dados aqui apresentados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e se propõem a subsidiar a discussão acerca do processo de precarização que vem enfrentando um dos movimentos educacionais responsáveis pela alfabetização de jovens e adultos do município de São Paulo.

Vale a pena destacar, que o MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – foi um programa implantado durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina, tendo como eixo estrutural uma parceria articulada entre o poder público e a sociedade civil que visava atender a uma grande demanda de pessoas não alfabetizadas na cidade de São Paulo. Assim sendo, o MOVA surgiu da parceria entre a SME (Secretaria Municipal de Educação) e os movimentos sociais, que atuam majoritariamente na periferia, representado por diversas ONGs (Organização não-Governamental), no final da década de 80. Em documento do MOVA-SP assim se institui:

[...] MOVA-SP é um programa de educação de jovens e adultos do município de São Paulo, mantido por meio de convênios entre movimento populares e a Prefeitura. Desenvolve trabalhos na área de alfabetização e pós-alfabetização, por meio de Ciclos do Ensino Fundamental I, cujos conteúdos são desenvolvidos em complexidade crescente e de forma interdisciplinar, levando-se em consideração a realidade do educando, com a perspectiva de possibilitar melhorias na sua qualidade de vida e comunidade em que ele está inserido. Baseia-se nos princípios filosóficos-políticos-pedagógicos sócio-construtivistas a partir das obras de Paulo

Freire, Vygostky, Emília Ferreiro, Ana Teberosky e obras dos sociolinguistas [...] (SME, 1992, p. 22).

De particular importância, em meio a esse documento supracitado de criação do MOVA-SP, destaca-se que no momento de sua fundação, havia aproximadamente 73 movimentos populares organizados, distribuídos por inúmeras periferias e atendendo cerca de 20 mil educandos em todo o município de São Paulo. Sua estrutura de funcionamento era composta basicamente por três instâncias de decisões: seis Fóruns Regionais, em que os movimentos discutiam os problemas regionais; um Fórum Municipal, em que os representantes discutiam os problemas da cidade como um todo; o Fórum MOVA-SP, em que movimentos populares e a SME negociavam e decidiam sobre os rumos do programa.

Segundo dados recolhidos junto à Secretaria Municipal de Educação - SME, no ano de 1992, eram 18.400 educandos matriculados, espalhados por 896 núcleos que estavam em funcionamento, cujas turmas eram formadas, em sua maioria, por mulheres, em especial das regiões Norte e Nordeste. Após todo o processo de organização do programa, finalmente, em 6 de setembro de 2001, o MOVA-SP foi instituído pelo decreto nº 41.109, com a seguinte organização e estrutura:

[...] O MOVA-SP - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo é um programa de alfabetização para jovens e adultos pouco escolarizados, realizado em parceria entre a Secretaria de Educação do Município de São Paulo e entidades sociais conveniadas. A SME financia o pagamento dos monitores, coordenadores pedagógicos e auxiliares administrativos, e a formação continuada

dos monitores e coordenadores pedagógicos. Já as entidades sociais ficam responsáveis pela contratação desses agentes e pela manutenção e funcionamento das salas de alfabetização. (SÃO PAULO/SME, 2001, p. 88).

Assim, depois de um complexo processo de disputa política e imerso a uma necessidade sócio educacional, que visava a atender majoritariamente as populações localizadas nas regiões periféricas da cidade de São Paulo, em outubro de 2005, o programa passou a ser Lei Municipal nº 14.058.

1. A estrutura do MOVA-SP

Segundo o documento “MOVA-SP - Exercício de cidadania - 2001-2004” (PMSP/SME/DOT, 2001, p. 7), a estrutura do MOVA-SP compreende as seguintes instâncias de funcionamento: *núcleos e/ou círculos de alfabetização, educação e cultura com jovens e adultos; coletivos locais e/ou regionais de articulação, troca de experiências e formação permanente dos monitores; Fóruns Regionais e Municipal*. Esse documento explica quem pode participar do programa:

[...] Toda entidade, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, poderá participar do MOVA-SP. Para isto deverá inscrever-se no Núcleo de Ação Educativa – NAE da região à qual pertence. As entidades poderão participar dos Fóruns Regionais para discutir questões relacionadas ao MOVA-SP como também do Fórum Municipal, instância de discussão com a Secretaria Municipal de Educação [...] (PMSP/SME, 2000, p.43).

Outros tipos de convênios estão previstos com Empresas, Instituições e Organizações Não Governamentais. Segundo o regimento do programa,

o Fórum Municipal do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, congrega parceiros e colaboradores do MOVA-SP no âmbito do município. Assim sendo, constitui instância autônoma máxima de articulação, participação, planejamento, avaliação, troca de experiências e formação permanente dos coordenadores, monitores e dos educadores do MOVA-SP:

- a) O Fórum Municipal constituirá coordenação de acompanhamento do trabalho;
- b) O Fórum Municipal será consultado pela SME-SP nas decisões administrativas e financeiras relativas ao Programa, tais como proposta orçamentária, fixação de termos de convênio e estabelecimento de valor de ajuda de custo às classes de alfabetização;
- c) O Fórum Municipal constituirá instância de recurso dos parceiros que se sentirem prejudicados;
- d) As plenárias ordinárias do Fórum Municipal terão periodicidade mensal e serão convocadas por iniciativa da coordenação que comporá a mesa diretora dos trabalhos. (PME/SME/CONAE/DOT, 2001, p.10);

Foram retomados, também, os Fóruns Regionais, que são em número de seis. Eles são as instâncias de articulação, participação, planejamento, avaliação, troca de experiências e formação permanente dos coordenadores e monitores nas regiões. A relação de parceria nas regiões ocorre entre os Fóruns Regionais e os NAEs. As reuniões são realizadas bimestralmente. Os fóruns regionais estão distribuídos conforme quadro 1:

Quadro 1. Distribuição dos Fóruns regionais

Fóruns	Distritos
Fórum leste 1	São Mateus, Vila Prudente
Fórum leste 2	São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Guaianases, Ermelino Matarazzo, Itaquera e Penha
Fórum noroeste/oeste	Lapa, Freguesia do Ó, Pirituba, Perus
Fórum sul 1	Campo Limpo, Santo Amaro, Cidade Ademar
Fórum sul 2	Capela do Socorro
Fórum centro (engloba, ainda, distritos das regiões SE e N)	Jabaquara, Ipiranga, Aricanduva, Vila Mariana, Carrão, Vila Maria/Vila Guilherme, Sé, Santana, Jaçanã/Tremembé

Fonte: PME/SME/CONAE/DOT, 2012.

2. Funcionamento e localização

Para que o funcionamento das salas fosse aprovado pelos NAEs era necessário que tivessem no mínimo 20 alunos matriculados e 15 alunos frequentando. A idade mínima exigida, definida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para que aluno possa frequentar o programa, é de 14 anos. As aulas acontecem de segunda a quinta-feira, com duração de duas horas e meia. As salas estão localizadas, em sua maioria, em comunidades onde não existem salas da rede pública e em áreas periféricas de grande exclusão social da cidade, conforme podemos observar se cruzarmos a localização das salas com os dados do Atlas da exclusão social no Brasil, conforme quadro 2 (POCHMANN, 2010).

Quadro 2. Dados do mapa da exclusão (%)

Área intrametrópole	Posição no ranking	Índice de pobreza	Índice de emprego formal	Índice de desigualdade social	Índice de alfabetização	Índice de escolaridade	Índice de juventude	Índice de violência	Índice de exclusão social intrametrópole
Jardim Ângela (M'Boi Mirim)	3º	0,457	0,595	0,004	0,176	0,16	0,13	0,007	0,231
Grajaú (Capela do Socorro)	6º	0,485	0,523	0,005	0,25	0,168	0,129	0,189	0,256
Itaim Paulista	7º	0,463	0,401	0,007	0,291	0,208	0,131	0,356	0,264
São Miguel	23º	0,6	0,358	0,023	0,467	0,285	0,33	0,469	0,352
Itaquera	24º	0,62	0,469	0,025	0,443	0,295	0,266	0,465	0,363

Fonte: Atlas da exclusão social no Brasil (POCHMANN, 2010).

Outro ponto importante a se destacar refere-se à localização das salas do MOVA-SP e sua distribuição na cidade de São Paulo, conforme quadro 3:

Quadro 3. Mova-SP - Distribuição turmas/alunos na cidade

Distrito	Nº.de turmas/total 599/1.170 (51%)	Alunos/total 12.965/24.609 (52%)
Capela do Socorro (zona sul, sub-distrito Grajaú)	182	4.220
M'Boi Mirim (zona sul, sub-distrito Jardim Ângela).	129	2.841
São Miguel Paulista (zona leste)	114	2.323
Itaim Paulista (zona leste)	111	2.290
Itaquera (zona leste)	63	1.291

Fonte: SME – ATP / Centro de Informática. Anos 2002 e 2003 – SME – ATP / Convênios. Ano 2004 – Sistema Escola ON LINE. Base agosto.

Pode-se observar, a partir dos dados em relação ao número total de turmas e alunos atendidos pelo programa, que 51% das turmas e 52% dos alunos estão localizados nas regiões apontadas pelo mapa como sendo as de maior exclusão social.

3. Parceria MOVA-SP/ SME/ Movimentos Sociais

Esta parceria, bem como informado na introdução de nosso trabalho, continua vigente

atualmente, o que implica em um convênio entre a Secretaria de Educação e ONGs que articulam a consequente transferência de verbas da primeira para a segunda. Nesse cenário, cabe às ONGs repassar aos educadores e coordenadores, respectivamente, um montante transferido que representaria o “salário” desses profissionais. Entretanto, esse montante repassado não atinge o valor de um salário mínimo e meio, o que representaria o piso nacional vigente dos educadores.

A relação profissional entre educadores, ONG e Secretaria é uma parceria regida de maneira única e, exclusivamente, por uma portaria 671/06, a SME estabelece Normas Complementares ao disposto na Lei nº 14.058, de 10/10/05, que instituiu o MOVA-SP. Mediante o quadro exposto, faz-se necessário ressaltar que esses profissionais não possuem registro em carteira profissional, nem qualquer contrato de prestação de serviço que comprove algum vínculo do educador com a ONG e nem sequer com a Secretaria Municipal de Educação. Tal situação tem como consequência direta para o trabalhador, a precarização, que de maneira concreta se configura enquanto perda dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição, ou seja, o pleito a quaisquer benefícios assistenciais como plano de saúde, seguro desemprego, entre outros.

Os educadores, no entanto, devem seguir rigorosamente as normas apresentadas na portaria supracitada, elaborando relatórios e planilhas, tais como: 1) cumprir horários de entrada e saída (início e término da aula); 2) confeccionar os relatórios de atividades desenvolvidas em sala de aula; 3) fazer as planilhas de presença dos educandos; 4) fazer as planilhas da presença do educador; e 5) proceder à prestação de contas junto à SME, mensalmente.

Além disso, os educadores e coordenadores devem participar de reuniões de formação fora do horário de aula, bem como, de seminários e eventos, sem que a participação em eventos desta natureza implique em repasse de verba e, finalmente, devem organizar fóruns regionais e participar do fórum municipal, considerando que a participação destes eventos é fora do perímetro onde atua, causando-lhe custos com condução e alimentação.

4. MOVA e a precarização do movimento

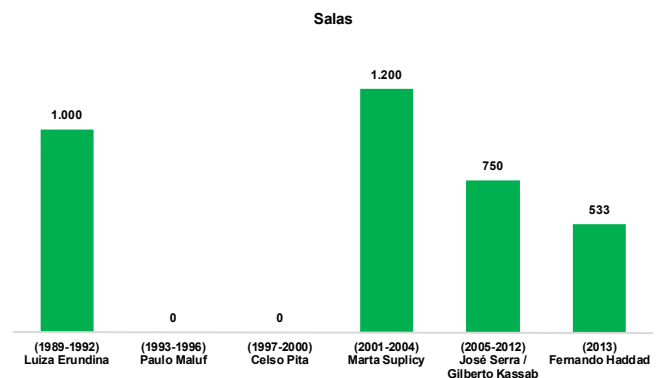
A precarização não se restringe à ausência de direitos, manifestada através do valor da “ajuda de custo”, completamente defasada em relação ao ano de sua implantação, mas também se entende, principalmente, às condições de trabalho. Pode-se elencar como exemplo pontual dessa precarização: o não fornecimento de materiais pedagógicos e uniformes para os alunos. O lanche destinado aos educandos foi regulamentado através da portaria nº 6.850, de 22 de outubro de 2015, que concede o direito a todos os alunos do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA.

Moacir Gadotti, durante a reformatação do Brasil Alfabetizado do MEC, lançado em 14 de abril de 2003, lembrando o 39º aniversário do decreto que revogou, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização, de Paulo Freire, afirmou que “um dos equívocos de tal programa, está na forma de pagamento aos alfabetizadores, feito na forma de bolsa não incorporada ao salário do professor, a bolsa é uma forma de precarizar ainda a área, colocando a Educação de Jovens e Adultos - EJA no campo da atividade voluntária e não profissional”. E ainda segundo Gadotti, esse procedimento vai contra a

tendência mundial de profissionalização da educação de jovens e adultos defendida, por exemplo, pela Conferência Internacional de Educação de Adultos da Unesco (Hamburgo, 1997). Este procedimento tornou-se uma prática perversa, tanto internamente quanto no exterior, nas ações de políticas públicas do Estado nas três esferas de governo. O MOVA-SP, articulado no governo de Luíza Erundina, em 1989, não está isento de tal prática, uma vez que desde a sua criação, durante a gestão do educador Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, já fora implantado com as características da precarização.

Conforme dados encontrados em diferentes fontes de informação, é possível verificar que o movimento MOVA-SP, apresenta-se em descontinuidade quanto à sua intencionalidade original, muito em decorrência das trocas de gestão da Prefeitura Municipal, tendo como consequência direta a precarização do Movimento. Nesse sentido, o gráfico que apresentamos evidencia essa “descontinuidade” dos gestores públicos durante os anos.

Gráfico 1 – MOVA-SP: número de salas de aulas criadas em cada gestão municipal (1989-2013)



Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SME

Portanto, entende-se, que o MOVA-SP para além de fatores econômicos, dependeu da visão de cada gestor para se manter e se expandir, e esse comprometimento teve grandes oscilações, negativas e positivas, desde sua criação. Isso mostra a importância do comprometimento de cada gestor com a população analfabeta, o seu engajamento com a educação e a sua vontade em mudar esse quadro na cidade de São Paulo.

Considerações Finais

Em nosso estudo procuramos, de uma maneira breve, fazer uma síntese sobre algumas razões que condicionaram os educadores envolvidos com o MOVA-SP à condição de precariado, bem como, nas consequências finais deste processo de terceirização da educação praticado pelo setor público, e nas implicações resultantes da falta de vínculos empregatícios entre o prestador de serviços e a ONG, tanto para um quanto para outro.

Após a constatação da ausência de qualquer vínculo trabalhista no MOVA - ainda que seja remunerado – faz-se possível relacionar a precarização entre a ONG e os educadores por ela selecionados. O vínculo empregatício entre o idealizador de uma unidade MOVA com o educador se dá apenas verbalmente, dispensando assim a ONG de qualquer responsabilidade como prestadora de serviço. O valor da remuneração é tratado apenas como “ajuda de custos”; mais um artifício para facultar a precarização do trabalhador. Desta forma, o contrato – imaginário neste caso – pode ser rompido pelo responsável da unidade MOVA a qualquer momento, de modo que este estará totalmente livre de quaisquer encargos.

Com efeito, podemos concluir que tal processo de delegação de responsabilidades criado pela Secretaria Municipal de Educação desencadeia num verdadeiro instrumento de precarização do trabalhador. Afinal, a verba direcionada à organização cuja tarefa de alfabetizar é preencher o vazio deixado pelas instituições de ensino público que não atendem às necessidades dessas organizações, quando da transferência de recursos - financeiros, pedagógicos e logísticos - para que pudessem oferecer, a contento a regulamentação na aplicação de seus contratos empregatícios, com direitos básicos do trabalhador, aos educadores do MOVA. Ou seja, desta maneira a SME isenta-se dos encargos decorrentes da contratação de professores concursados e possuidores de direitos trabalhistas normais, uma vez que cabe às ONGs esta tarefa.

Ademais, podemos nos perguntar: qual a razão dos referidos educadores aceitarem tal relação, dado o nível de precariedade e instabilidade do emprego? Entretanto, supomos que isso se explica justamente pela assimilação da nova estrutura do mercado de trabalho, orientada pela lógica flexível. Não encontrando a possibilidade de se seguir uma carreira programada – como fazia a geração anterior –, rest-lhes aceitar a nova flexibilidade de ofertas de serviços em vários segmentos diferentes, cedendo ao apelo neoliberal pela nova forma de produção em favor de suas necessidades mais básicas (POCHMANN, 2010).

Referências bibliográficas

CARREIRA. D. **Educação e desigualdade na cidade de São Paulo**. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

GADOTTI, M. et. al. (org.). **MOVA-Brasil 10 anos:**

Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.
1. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo
Freire, 2013, v. 1, 440 p.

POCHMANN, M.; AMORIM, Ricardo (Orgs.).

Atlas da exclusão social no Brasil. 1. ed. São
Paulo: Cortez, 2010. v. 1. 221 p.

SILVA, Adriana; TEIXEIRA, Kadine; SANTOS,

Hiderlândia Penha Machado (colaboradores).
Projeto MOVA-SP Brasil: projeto político-
pedagógico participativo: experiências do MOVA-
SP Brasil. São Paulo: Instituto Paulo Freire/
Petrobras/Federação Única dos Petroleiros, 2011.

Sites

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de
Educação. Diretoria de Orientação Técnica.
Programa Mais Educação São Paulo: subsídios
para implantação. Secretaria Municipal de Educação
– São Paulo: SME/DOT, 2014, 120p. Disponível
em: <<http://www.apostilasaprendizadourbano.com.br/sao-paulo-sp-secretaria-municipal-de-educacao-diretoria-de-orientacao-tecnica-programa-mais-educacao-sao-paulo-subsidios-para-implantacao-secretaria-municipal-de-educacao-sao-paulo/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

_____. **Escolas por tipo.** Disponível em <<http://eolgerenciamento.prefeitura.sp.gov.br/frmgerencial/NumerosCoordenadoria.aspx?Cod=000000>>.
Acesso em: 22 nov. 2014.